

REINICIADAS CONVERSÇÕES ENTRE GOVERNO E RENAMO

por Tomás Vieira Márló, da AIM, em Roma

As negociações para a paz em Moçambique foram recomeçadas ontem em Roma, numa sessão conjunta dos negociadores políticos e militares do Governo e da Renamo. Mario Raffaelli, que coordena a equipa mediadora em representação do Governo Italiano, procedeu à abertura desta 11ª ronda numa das salas nobres do Ministério dos Negócios Estrangeiros do seu país.

Raffaelli fez questão de notar que de acordo com a agenda de trabalhos das conversações que se prolongam desde há dois anos, o Governo e Renamo deverão agora discutir as modalidades da constituição do exército nacional único e apartidário, o processo e o calendário técnico do cessar-fogo e, finalmente, as garantias internas e internacionais para uma transição pacífica, no período entre o cessar-fogo e as eleições gerais.

Segundo ficou estabelecido no protocolo número três, relativo aos princípios da lei eleitoral, as eleições gerais e presidenciais realizar-se-ão no prazo de um ano a contar da data da entrada em vigor do cessar-fogo.

O parlamentar socialista italiana disse ainda que, no início da ronda, o Governo e a Renamo, deverão estabelecer as modalidades da participação dos quatro países convidados para observadores, designadamente os Estados Unidos, Grã-Bretanha, Portugal e França.

A exceção da delegação francesa, todas as delegações destes países encontram-se já em Roma.

Mario Raffaelli lembrou ainda que nos termos do acordado na última ronda, em Março, os mediadores deverão agendar as discussões das actuais emendas constitucionais mais tarde, pretendida pela Renamo.

Ao intervirem na mesma sessão de abertura, os chefes das delegações do Governo e da Renamo, respectivamente Armando Guebuza e Raul Domingos, manifestaram no mesmo tom a vontade de negociarem de forma construtiva, dizendo terem sido credenciados para discutir qualquer assunto que surja na mesa do diálogo até à conclusão do acordo de cessar-fogo.

Viemos com o mesmo espírito construtivo de sempre, que pela nossa parte tudo será feito para que a paz possa ser restabelecida no nosso país ainda nesta ronda, diria Armando Guebuza, Ministro dos Transportes e Comunicações.

Na mesma linguagem falaria posteriormente Raul Domingos, chefe do Departamento da Organização da Renamo, que disse esperar que nesta ronda sejam esgotadas as matérias da agenda, abrindo-se o caminho para o fim da guerra de dezassete anos em Moçambique.

O início desta ronda e a confirmação de que ela vai finalmente abordar as questões militares foi precedido de intensas negociações desde Março último, envolvendo os mediadores italianos e o Subsecretário de Estado norte-americano para os Assuntos Africanos, Herman Cohen, que contactaram a Renamo no Malawi.

Com efeito, durante muito tempo a Renamo mantinha que a abordagem de questões militares de que depende um acordo de cessar-fogo apenas teria lugar depois de alcançados acordos constitucionais.

Defendia a Renamo que a Constituição aprovada em Moçambique em 1990, e que consagra a democracia multipartidária, contém artigos antidemocráticos que deveriam, por isso, serem suspensos.

Na sequência de uma viagem de

Herman Cohen pela região, a Renamo acabaria por abandonar aquela sua exigência depois de um encontro do seu líder Afonso Dhlakama com o responsável americano pela pasta africana.

No comunicado relativo a essa reunião, que decorreu na cidade malawiana de Lilongue, afirma-se que o Presidente da Renamo pôs de parte a sua posição de que as conversações deviam atender, primeiro, a questões da Constituição e concordar em avançar na discussão de questões militares. O mesmo documento acrescenta que a Renamo concordou em como as questões da Constituição devem ser restritas ao ponto seis da agenda, ou seja, o ponto sobre as garantias de transição democrática para eleições multipartidárias internacionalmente

supervisadas.

De manhã, ao abrir a sessão negocial, o coordenador da mediação, Mario Raffaelli, referiu o clima de reformas democráticas na África Austral como um dado positivo capaz de estimular o objectivo de uma transição democrática segura em Moçambique.

No começo desta 11ª ronda negocial, os chefes das delegações do Governo e da Renamo apresentaram as respectivas subdelegações militares que totalizam doze oficiais superiores e subalternos.

A subdelegação militar governamental é encabeçada pelo Tenente-General Tobias Dai, Comandante do Exército, enquanto que a da Renamo é chefiada por Hermínio Morais, que leva igualmente a patente de Tenente-General.

Eis na íntegra a composição da subdelegação militar das Forças Armadas governamentais:

1 — Tenente-General Tobias Dai, Comandante do Exército, 2 — Brigadeiro João Aleixo Malunga, Director da Informação do Estado-Maior General; 3 — Coronel Estandislav Fidelis de Sousa, Director da Contra-Inteligência Militar; 4 — Major Justino André Nrepo, Director do Gabinete Jurídico do MDN; 5 — Major Eduardo Cordeiro Lanchande, Chefe do Dep. de Prontidão Combativa do EMG; 6 — Capitão Aurélio Casimiro Matias, Chefe da Rep. da Legislação e Formação do Gabinete Jurídico do MDN.

Forças Armadas da Renamo:

1 — Tenente-General Hermínio Morais; 2 — Coronel Fernando Canivete; 3 — Tenente-Coronel Victorino Arone Julai; 4 — Capitão Jacinto Saide; 5 — Tenente António Domingos.

I
f
n
a
d
a

NOTÍCIAS

11/6/92